

## ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 18/Operação 8.1.4/2020

### RESTABELECIMENTO DA FLORESTA AFETADA POR AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS OU POR ACONTECIMENTOS CATASTRÓFICOS ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS INCÊNDIO

(Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, alterada pelas Portarias n.ºs 233/2016, de 29 de agosto, 249/2016, de 15 de setembro, 15-C/2018, de 12 de janeiro, (retificada pela Declaração de Retificação n.º 5/2018), 46/2018, de 12 de fevereiro, 105-A/2018, de 18 de abril e 237-B/2018, de 28 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 30/2018), 303/2018, de 26 de novembro, 42-B/2019, de 30 de janeiro, (retificada pela Declaração de Retificação n.º 9/2019), 227/2019 de 19 de julho e 76-A/2020, de 18 de março)

A submissão de candidaturas é efetuada, entre as 10:00 horas do dia 15 de setembro de 2020 e as 17:00 horas do dia 19 de outubro de 2020, para intervenções a realizar nos **4 meses** subsequentes à data da aceitação da concessão do apoio, **1ª fase**, e entre as 10:00 horas do dia 20 de outubro de 2020 e as 17:00 horas do dia 18 de dezembro de 2020, para intervenções a realizar nos **18 meses** subsequentes à data da aceitação da concessão do apoio, **2ª fase**, ao abrigo do disposto no regime de aplicação da Operação n.º 8.1.4 do PDR 2020.

Nos termos do artigo 30.º do citado regime de aplicação, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

#### 1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a. Estabilização de emergência com vista ao restabelecimento do potencial florestal e infraestruturas de proteção danificados por agentes abióticos.

## **2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR**

As tipologias de intervenção a apoiar dizem respeito a investimentos em áreas afetadas por agentes abióticos, para intervenções como escala territorial relevante.

As intervenções a apoiar estão identificadas no Relatório de estabilização de emergência elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I.P.), relativo ao incêndio de Vilarinha.

Quando se verifique a sobreposição de áreas de intervenção em mais de uma candidatura, a área de intervenção sobreposta será considerada naquela que tenha a maior área de intervenção elegível e apresente condições para ser aprovada.

## **3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL**

O concurso abrange as freguesias constantes do anexo I ao presente Anúncio, que deste faz parte integrante, de acordo com o Relatório de estabilização de emergência - Incêndio de Vilarinha, elaborado pelo do ICNF, I.P..

## **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL**

A dotação orçamental do apoio a conceder no âmbito do presente concurso é de 369 000 €. Desta dotação, 294 000 € destinam-se a apoiar candidaturas, submetidas na **1.ª fase** de apresentação de candidaturas e a verba remanescente será destinada a apoiar candidaturas, submetidas na **2.ª fase** de apresentação de candidaturas.

Caso a verba atribuída à **1.ª fase** não seja utilizada na integralidade poderá reforçar a dotação definida para a **2.ª fase**.

## **5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO**

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário por cada fase (em conformidade com os Relatórios de Estabilização de Emergência do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) durante a vigência temporal deste anúncio, com exceção das Entidades Gestoras de Zonas de Intervenção Florestal e Entidades Gestoras de Baldios, que poderão submeter uma candidatura por cada fase e por cada Zona de Intervenção Florestal (ZIF) e por cada unidade de baldio,

respetivamente, e entidades coletivas públicas que poderão submeter uma candidatura por cada fase e por cada Mata Nacional e por cada perímetro florestal.

Em qualquer caso, apenas poderá ser apresentada candidatura à 2.ª fase caso tenha sido apresentada candidatura à 1.ª fase.

## 6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 19.º, 21.º e 23.º da Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, na sua redação atual.

## 7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FATORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações previstos nos artigos 19.º e 23.º da Portaria n.º 134/2015 de 18 de maio, na sua redação atual, são seleccionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a seleção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{VGO} = 0,15 \text{ ZIF/ECGF} + 0,10 \text{ ASD} + 0,10 \text{ RN} + 0,15 \text{ RF} + 0,50 \text{ AIF}$$

Em que,

### ZIF/B/ECGF – Zonas de intervenção florestal e Entidades coletivas de gestão florestal

Pontuação atribuída em função dos investimentos considerados elegíveis se realizarem em espaços maioritariamente inseridos em ZIF da qual o beneficiário é entidade gestora, ou em candidaturas cujo beneficiário seja uma Entidade Coletiva de Gestão Florestal:

- Investimentos em que a totalidade da área de intervenção esteja inserida em ZIF ou candidaturas cujo promotor seja uma ECGF – 20 pontos;
- Outros investimentos – 0 pontos.

**ASD – A candidatura apresenta investimentos a realizar em espaços florestais localizados em áreas suscetíveis à desertificação.**

Pontuação atribuída em função dos investimentos considerados elegíveis na análise se realizarem em áreas suscetíveis à desertificação definidas ao abrigo do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD):

- Investimentos em que pelo menos 50% da área de intervenção esteja inserida em PANCD – 20 pontos;
- Outros investimentos – 0 pontos.

**RN – A candidatura apresenta investimentos a realizar em espaços florestais situados na Rede Natura 2000 ou na Rede Nacional de Áreas Protegidas**

Pontuação atribuída em função dos investimentos considerados elegíveis na análise se localizem em espaços maioritariamente situados em Rede Natura 2000 ou na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP):

- Investimentos em que pelo menos 50% da área de intervenção esteja inserida em RN2000 ou RNAP – 20 pontos;
- Outros investimentos – 0 pontos.

**RF – A candidatura apresenta investimentos a realizar em espaços florestais sujeitos ao Regime Florestal (RF)**

- Pontuação atribuída em função dos investimentos considerados elegíveis na análise se localizem em espaços totalmente situados em áreas sujeitas ao Regime Florestal (RF) - 20 pontos
- - Outros investimentos – 0 pontos.

**AIF – Área afetada por incêndios florestais**

Pontuação atribuída em função dos investimentos considerados elegíveis na análise se realizarem em áreas afetadas por incêndios florestais com superfícies iguais ou superiores a 750 hectares, identificadas pelo ICNF, I.P.

- Investimentos em que a totalidade da área de intervenção esteja inserida na área afetada pelo grande incendio – 20 pontos;
- Outros investimentos – 0 pontos.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com o seguinte critério: Operação com maior área de intervenção incluída na Rede Natura 2000 ou Rede Nacional de Áreas Protegidas ou Regime Florestal.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

## **8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS**

De acordo com o disposto no artigo 27.º da Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, na sua redação atual, os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável podendo assumir as seguintes modalidades:

- a) Tabelas normalizadas de custos unitários;
- b) Reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Os custos unitários estão fixados por grupos de operação e constam dos Anexos I a V da Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro, na sua redação atual, que faz parte integrante das peças do presente Anúncio. Nos casos em que tem aplicação o Código dos Contratos Públicos, os custos unitários poderão constituir meros custos de referência.

Os níveis de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, que serão aplicados aos custos elegíveis, apurados em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, são os constantes no Capítulo II, do Anexo IV da Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, na sua redação atual.

## **9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS**

As despesas elegíveis e não elegíveis são as relativas à Estabilização de emergência em áreas superiores a 750 hectares, abióticos, para as intervenções a realizar nos 4 ou 18 meses

subsequentes à data de aceitação da concessão do apoio, consoante se trate da 1.ª ou 2.ª fase, respetivamente, constantes nos Capítulos II e IV do Anexo III da Portaria n.º 134/2015, na sua atual redação, a saber:

Na 1.ª fase de apresentação de candidaturas, as tipologias de intervenção e respetivas despesas elegíveis são as seguintes, em conformidade com o definido no Relatório de estabilização de emergência do ICNF, I.P.:

- a. Recuperação de infraestruturas afetadas:
  - i. Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de faixas de gestão de combustível;
  - ii. Substituição de sinalização danificada.
  
- b. Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas:
  - i. Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais;
  - ii. Instalação de barreiras de resíduos florestais e troncos, segundo as curvas de nível e mantas orgânicas ou geotêxteis;
  - iii. Abertura de regos segundo as curvas de nível.
  
- c. Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água:
  - i. Regularização do regime hidrológico das linhas de água, nomeadamente com recurso a técnicas de engenharia;
  - ii. Obras de correção torrencial de pequena dimensão.
  
- d. Diminuição da perda de biodiversidade:
  - i. Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem.

Na 2.ª fase de apresentação de candidaturas, as tipologias de intervenção e respetivas despesas elegíveis são as seguintes, em conformidade com o definido no Relatório de estabilização de emergência do ICNF, I.P.:

- a. Recuperação de infraestruturas afetadas:
  - i. Recuperação e tratamento de rede viária.
  
- b. Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água:

- i. Intervenções complementares de regularização do regime hidrológico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripícola nas faixas de proteção às linhas de água.

No quadro da Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto, as despesas constantes do Capítulo II, do Anexo III são elegíveis após a data de ocorrência do incêndio ou catástrofe, desde que as operações não se encontrem fisicamente concluídas ou totalmente executadas, antes da apresentação do pedido de apoio.

## 10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt), ou do PDR2020 em [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt), e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela autoridade de gestão.

## 11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt) e no portal PDR 2020 em [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt), podendo ainda ser obtidos esclarecimentos através do endereço de correio eletrónico [pdr2020.apoio@pdr-2020.pt](mailto:pdr2020.apoio@pdr-2020.pt).

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Lisboa, 14 de setembro de 2020

A Gestora do PDR2020



Rita Barradas

**ANEXO I**

**LISTA DE FREGUESIAS PRESENTES NO RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ICNF,  
I.P.)**

<b>INCÊNDIO FLORESTAL</b>	<b>CONCELHO</b>	<b>FREGUESIA</b>
Vilarinha	Aljezur	Bordeira
	Lagos	União das freguesias de Bensafrim e Barão de São João
	Vila do Bispo	Budens
		Barão de São Miguel
		Vila do Bispo e Raposeira